

PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.).
Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul
Florianópolis: Mulheres, 2010

*Vanderlei Machado**

O livro *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*, publicado pela Editora Mulheres, congrega uma série de artigos que analisam a pluralidade de experiências que marcaram a relação entre os movimentos feministas e as ditaduras militares que se instalaram ou se consolidaram em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, entre 1960 e 1970. O eixo norteador dos textos que compõem o livro é a busca de perceber como as ditaduras nesses países interferiram ou não nos movimentos feministas e de mulheres dos anos 70 e 80 (séc. XX) e na produção de mudanças ou permanências nas relações de gênero.

O livro é organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. As organizadoras são professoras na Universidade Federal de Santa Catarina e têm uma vasta experiência no campo dos estudos de gênero, que remonta ao início dos anos 90 (séc. XX). Essa experiência se traduz em livros e artigos publicados. Destaca-se, ainda, a participação das organizadoras na coordenação de eventos como o Encontro Internacional Fazendo Gênero, que acontece a cada dois anos, e, recentemente, o Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, que resultou na coletânea de textos em questão. Desde março de 2006, Joana Maria Pedro realiza uma pesquisa na qual busca focalizar os movimentos de mulheres e feministas que, a partir dos Estados Unidos, nos anos 60 do século passado, têm se expandido para a América Latina, notadamente, a partir de 1970. Nessa pesquisa, a historiadora destaca o quanto no Brasil e nos demais países do Cone Sul a emergência do chamado “Feminismo de Segunda Onda” coincidiu com um momento histórico marcado por ditaduras militares. A historiadora Cristina Scheibe Wolff, por sua vez, iniciou em 2005 uma pesquisa sobre as práticas e representações de gênero que compunham o cotidiano das organizações de esquerda que combatiam as ditaduras no Cone Sul.

* Professor no Colégio de Aplicação – UFGRS. *E-mail*: vandermachado@hotmail.com

Os capítulos do livro têm origem nas palestras apresentadas em mesas-redondas do Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em 2009. O evento teve por finalidade reforçar a rede de relações acadêmicas que se iniciou com os contatos travados ao longo das pesquisas levadas a cabo pelo Laboratório de Estudos de Gênero, do Departamento de História da UFSC e que contam com um número considerável de pesquisadores, entre eles bolsistas de Iniciação Científica e alunos dos Programas de Mestrado e Doutorado. O colóquio representou um importante espaço de troca de experiências entre pesquisadores brasileiros e de países como Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

O livro em tela está estruturado em duas partes. Na primeira, são apresentados artigos e ensaios que analisam os processos ocorridos em um ou mais países, os quais estabelecem comparações e apresentam resultados de pesquisas. Na segunda parte, foram publicados quatro depoimentos de pessoas que viveram o contexto histórico abordado. Conforme as organizadoras, são relatos que discorrem sobre a experiência dos depoentes com relação à centralidade do gênero e da discussão feminista para a compreensão da maneira como os movimentos sociais e as próprias ditaduras utilizaram o gênero em suas estratégias e práticas de luta e de exílio.

No primeiro capítulo do livro, intitulado “Qué le hace el género a la memoria”, Alejandra Oberti busca perceber a relação entre gênero e memória em diferentes relatos de mulheres que participaram de lutas políticas na história recente da Argentina. A autora analisa testemunhos de mulheres nos quais se articulam repressão, militância e gênero. Nesses relatos, Oberti percebe o quanto as militantes colocavam as tarefas das organizações revolucionárias acima de tudo em sua vida. Os relacionamentos afetivos e casamentos somente eram possíveis dentro do grupo ao qual os militantes pertenciam. As organizações de esquerda incentivavam a maternidade, e os filhos dos militantes deveriam se transformar nos “homens novos de amanhã”. Ser um bom pai e ser uma boa mãe eram tarefas revolucionárias. Porém, nas organizações guerrilheiras, segundo os relatos estudados pela autora, temas como a divisão das tarefas domésticas, a distribuição das responsabilidades econômicas e outras questões cotidianas eram difíceis de ser abordadas. Para Alejandra Oberti, as memórias dessas mulheres apresentam-se como

“antimonumentos”, não pelo fato de reescreverem a história de maneira que as mulheres sejam incluídas, retirando-as do lado das sobras, mas por proporem a valorização de questões que não foram consideradas como relevantes e dignas de pertencerem à história.

A construção dos vínculos de casal, os significados atribuídos ao amor, o conteúdo e a materialização das relações amorosas na militância política, durante as décadas de 60 e 70 (do séc. XX), na Argentina, são temas analisados por Andrea Andújar, em artigo intitulado “De novela, sexo e *rock and roll*: as relações amorosas em dias de revolução”. A autora quer examinar que tipos de vínculos amorosos íntimos foram tecidos dentro do ativismo revolucionário e em que medida se promoveram, nesse espaço, ideias sobre o amor e as “relações inter-genéricas diferentes daquelas que circulavam através de algumas produções culturais de forte presença social”, como as letras de *rock* e ficção televisiva, fundamentalmente nas novelas. Com esse intuito, Andrea Andújar empreende um diálogo entre várias fontes e perspectivas, visando a criar um “entramado interpretativo que conecte os esboços sobre estes vínculos” presentes em relatos e escritos de ativistas de organizações políticas.

Para Margarita Iglesias, em seu artigo “Los desafíos del Cone Sul desde las perspectivas de las mujeres”, foi durante o período das ditaduras e regimes autoritários latino-americanos que começou a ser reelaborada a concepção atual de Direitos Humanos, ampliando-se a sua compreensão para além do acordado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, formulada após a Segunda Guerra Mundial. Os Direitos Humanos passaram a abarcar também a noção de direito à vida. Nesse processo, segundo a autora, as mulheres tiveram uma participação fundamental, devido às suas práticas e propostas em diversos âmbitos: resistências, sobrevivências, práticas de autoajuda, entre outras. No Chile, na Argentina e no Uruguai, surgiram, junto com os golpes de Estado, os primeiros grupos de mulheres que buscavam garantir a vida dos presos políticos. Para a autora, os feminismos latino-americanos surgiram paralelamente à expansão de um amplo e heterogêneo movimento de mulheres, expressando as diferentes formas por meio das quais as mesmas começavam a entender, a conectar e a atuar nos espaços públicos com demandas sociais e políticas relativas à sua discriminação e contra os regimes autoritários. Com a volta da democracia, nos fala Margarita Iglesias, as mulheres seguiram buscando saber onde estavam os filhos e as filhas de seus próprios filhos e filhas desaparecidos, exigindo verdade e justiça.

Sabe-se hoje muito mais sobre o que ocorreu durante o prolongado período histórico de repressão política vivenciado no Paraguai, entre 1954 e 1989, do que sabiam os que viveram naquele tempo. Conforme Alfredo Boccia Paz, no artigo intitulado “Represión política y gênero en la dictadura paraguaya”, naquele período tão longo, ocorreram variações nas formas de repressão empregadas, nos grupos demográficos a que pertenciam as vítimas diretas e também claras diferenças de gênero com relação à forma como foram atingidos os opositores pela violência estatal. Para o autor, as ditaduras da época reforçaram o rígido sistema patriarcal tradicionalmente imperante, restringindo as mulheres a uma participação secundária e diferenciando seu papel nos espaços públicos e privados. Segundo Alfredo Boccia Paz, nos relatos que prestaram à Comissão da Verdade e Justiça, muitas mulheres fizeram suas declarações na qualidade de testemunhas que falavam em nome de outras pessoas, como seus pais, seus maridos, seus filhos, mas não como vítimas nem como pessoas afetadas pela repressão. Apesar de as mulheres paraguaias estarem envolvidas desde os primeiros anos de ditadura com as lutas pelos Direitos Humanos, foi somente na segunda metade da década de 80 (séc. XX), que começaram a surgir grupos de mulheres com reivindicações de gênero.

Para Graciela Sapriza, em seu artigo “Memória e memórias de mulheres em relatos da ditadura (Uruguai, 1973-1985)”, dois processos marcaram significativamente a ditadura no Uruguai: a implantação do terrorismo de Estado e uma grande deterioração das condições de vida e dos salários da população. Essas duas situações, segundo a autora, afetaram profundamente as mulheres e suscitaram respostas políticas de resistência, propiciando a emergência de um importante movimento social – estruturado pelo feminismo – que esteve em evidência no período de transição para a democracia através de massivas manifestações públicas e no qual ganhou visibilidade o protagonismo feminino. Logo após o fim da ditadura, foram ouvidos os testemunhos e se produziram informes sobre a resistência uruguaia. Nesse primeiro momento, se enfatizou uma memória masculina. Quebrando o silêncio em torno da participação feminina, em 1997, um grupo de mulheres ex-presas políticas sentiu a necessidade de falar sobre sua participação e colocar a sua visão da história do passado recente do Uruguai. Nos mais de trezentos testemunhos de mulheres, é recorrente a simpatia e a solidariedade com as vítimas da ditadura. Além disso, esses relatos nos falam sobre as experiências dessas

mulheres nas prisões, na tortura, no exílio, sobre o desaparecimento de pessoas amadas, entre outros temas.

A emergência do “Feminismo de Segunda Onda” em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai é o objeto de análise de Joana Maria Pedro, no capítulo “Narrativas do feminismo em países do Cone Sul”. A partir de relatos de mulheres que participaram de grupos de Direitos Humanos e de resistência às ditaduras, e que, atualmente, se identificam como feministas, buscou-se uma síntese capaz de fornecer um panorama de como as ideias feministas foram apropriadas nos países do Cone Sul. Joana Maria Pedro destaca que as ditaduras militares contribuíram para dificultar o contato de mulheres com o feminismo ao coibirem a circulação de textos e a organização dos chamados grupos de consciência. Além disso, segundo a autora, naquele contexto político, era quase impossível qualquer forma de manifestação, reunião, panfletagem e reivindicação. Pedro chega à conclusão que as ditaduras militares no Cone Sul foram “antifeministas” e que, nos anos 60 e 70 (séc. XX), as lutas específicas das mulheres, que foram a tônica da “Segunda Onda” do feminismo, não tiveram espaço na América Latina.

Nessas décadas, os países do Cone Sul passavam por processos políticos bastante semelhantes que envolviam ditaduras militares e os grupos de esquerda que as combatiam. Em seu artigo “O gênero da esquerda em tempos de ditadura”, através da história comparada, Cristina Scheibe Wolff defende, porém, que é possível assinalar a existência de um descompasso entre as ditaduras sul-americanas. Em 1976, por exemplo, a repressão no Brasil já havia desarticulado os grupos armados de esquerda. Na Argentina, se vivia o início da ditadura capitaneada por Jorge Rafael Videla, que oficializava a Guerra Suja, levada a efeito desde 1973 por paramilitares e militares. Entre os grupos de esquerda que combatiam as ditaduras, a autora identifica uma ampla gama de matizes ideológicas, de preceitos morais e de relações de gênero, norteando o cotidiano dos militantes. Segundo Cristina Scheib Wolff, o fato é que mesmo com as ditaduras e com a filosofia da esquerda daquela época colocando a luta de classe à frente e acima de qualquer outra luta ou transformação social, a revolução das mulheres já estava se fazendo, pela própria incorporação dessas aos movimentos e às organizações que lutavam contra as ditaduras.

As memórias de uma ex-guerrilheira do PC do B, que teve a experiência de viver na clandestinidade e de ter sido presa e torturada

durante a gravidez, são revisitadas por Margareth Rago no artigo “Memórias e clandestinidade: Criméia Alice de Almeida e a Guerrilha do Araguaia”. Segundo a autora, são imensas as rupturas no decorrer da vida de Criméia, deslocamentos bruscos e repentinos em que a ativista perdeu tanto o próprio nome, quanto o contexto de referência pessoal e grupal. A experiência de clandestinidade impede que situações vividas possam ser compartilhadas, mesmo posteriormente e, no caso de Criméia, esse período se estendeu por um longo tempo, desde a juventude, quando os próprios pais necessitaram refugiar-se da perseguição política, com o golpe de 1964, até as décadas seguintes. Conforme Margareth Rago, mesmo após a redemocratização, na condição de ex-presa política, a entrevistada enfrentou uma série de interdições, como, por exemplo, a dificuldade de existir publicamente, de ter um nome, um passado, histórias, recordações, referências absolutamente necessárias para se inscrever no mundo e ser identificada.

Analisar os principais eventos que, desde o início da década de 70 (séc. XX), marcaram a formação de grupos de mulheres, o surgimento de periódicos feministas e os debates entre feministas e partidos de esquerda é o objetivo de Ana Lize Alcântara Costa em seu artigo “O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar”. Para a autora, o feminismo ressurgiu nos anos 60 do século passado, num contexto de grande agitação cultural. Ressurgiu no sentido de renascer após algumas décadas de desmobilização que se seguiu à conquista do direito de voto e de um conjunto de direitos civis na maioria dos países chamados ocidentais. Esse reaparecimento ocorreu a partir da consciência de que a mudança pura e simples das leis não é suficiente para mudar as estruturas ideológicas pautadas em bases patriarcais. Apesar de a literatura que aborta essa questão apontar aos eventos patrocinados pela ONU, em 1975, como o marco inicial do feminismo brasileiro nessa nova fase, Ana Lize chama a atenção para o fato de que, desde o início da década de 70 (séc. XX), já vinham sendo realizadas algumas ações de grupos de mulheres, apesar do clima de repressão reinante sob a égide do AI5 e das práticas de tortura. A autora lembra que muitas mulheres que foram forçadas a se exilar conheceram e participaram de grupos feministas. Esses grupos feministas foram muito importantes na divulgação das truculências levadas a cabo pelo regime militar brasileiro, na articulação do feminismo brasileiro com o internacional, na integração e formação de brasileiras no Exterior e que buscavam e alcançavam uma visibilidade política externa.

Cláudio Pereira Elmir, em “A palavra como bisturi”, analisa o livro de memórias do jornalista Flávio Tavares, publicado originalmente em 1999, intitulado *Memórias do Esquecimento: os segredos dos porões da ditadura*. Cláudio Elmir chama a atenção para o fato de que, desde o título, ficam claros o gosto do escritor pelo jogo de palavras e a sua habilidade na construção literária do relato. Essas características, segundo Cláudio Elmir, colocam ao pesquisador, inclusive ao pesquisador do campo disciplinar da história, uma tarefa dificilmente reconhecida como legítima ou própria à sua área de trabalho, que é a de prestar atenção nos sentidos que as palavras encerram no arranjo que se faz delas na narrativa. O autor formula uma crítica “à apropriação não problematizada dos relatos de memórias daqueles que viveram a ditadura”. Para Cláudio Elmir, alguns historiadores e outros intelectuais, “seja por ingenuidade, seja por identificação com a causa política pretérita do relato – atualizada, quem sabe, em suas convicções políticas do presente – ou por ambas as razões, negligenciam a precaução de método primária de que o relato não é o duplo do acontecido e sim uma percepção subjetiva da experiência”. O autor demonstra como Flávio Tavares explora, em sua autobiografia/memória, elementos do seu corpo, da sexualidade que perpassava as sessões de tortura e o próprio processo narrativo que se torna uma reconstrução do *eu* do narrador, marcado pelo masculino.

Os pesquisadores que trabalham com a temática do exílio e aqueles e aquelas que o viveram, conforme Rachel Soihet, em “Mulheres brasileiras no exílio e consciência de gênero”, tendem, via de regra, a sublinhar os aspectos negativos dessa experiência. Mas, segundo a autora, muitas mulheres, ao rememorem sua vida, ao reconstruírem para o historiador sua trajetória no exílio, fazem um balanço de suas perdas e de seus ganhos, das dores, dos sofrimentos, mas igualmente das descobertas, das possibilidades que lhes foram abertas em razão dessa experiência. O contato com feministas de outros países amadureceu o pensamento das exiladas, que antes lutavam pelo reconhecimento de suas causas mesmo dentro dos grupos de esquerda, que viam o feminismo como um desvio da luta de classes. Muitas mulheres exiladas, inclusive, não partilhavam de ideias feministas antes do exílio, devido à sua formação marxista. Com o retorno do exílio, as questões antes colocadas em segundo plano, vistas como próprias à esfera privada, tais como as relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade e à violência, foram legitimadas e trazidas à esfera pública, reconhecendo-se sua dimensão política.

Pensar o corpo feminino como um campo de batalha é o objetivo de Olívia Rangel Joffily, no texto que encerra a primeira parte do livro. A autora tem procurado em suas pesquisas refletir sobre as formas de participação encontradas pela população feminina para resistir à ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985. Em “O corpo como campo de batalha”, a autora se detém na resistência à tortura, dentro das prisões, onde o corpo se transformou em campo de batalha. Conforme Olívia Joffily, é por meio do conceito de corpo que podemos compreender o modo particular como cada um organiza e sente tudo o que vive, atribuindo sentido a cada experiência. Utilizando esse conceito para pensar as torturas físicas e psicológicas empregadas pelos agentes da ditadura contra as presas políticas brasileiras, a autora afirma que, pelo simples fato de serem mulheres, elas foram alvo de torturas específicas como sevícia sexual, estupro e outros abusos. Na tortura, as mulheres enfrentaram uma dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero. Muitos torturadores humilhavam suas vítimas através do uso de atributos de gênero.

O segundo bloco do livro é dedicado às memórias de ex-militantes de esquerda que combateram as ditaduras no Cone Sul. Esses depoimentos ajudam a preencher algumas lacunas presentes na historiografia que trata da história das ditaduras no Cone Sul e apontam para questões importantes que ainda devem merecer aprofundamento e estudos futuros.

O primeiro depoimento é o de Alejandra Ciriza que inicia seu relato refletindo sobre as noções de testemunho, memória e experiência, analisando os principais estudiosos dessas temáticas. Sobre a ditadura que se instalou na Argentina, em 1976, a autora chama a atenção para o fato de que, além das prisões, torturas e fuzilamentos, os militares inauguraram uma nova forma de tratar os adversários políticos: o desaparecimento forçado de pessoas. Para a autora, uma das formas de resistência à brutal ditadura argentina foi a emergência do movimento de mulheres. Essa visão é reforçada quando Ciriza afirma que a resistência à ditadura foi feminina, encarnada na figura de Azucena Villaflor, fundadora das “Mães da Praça de Maio”, nas avós que ainda hoje buscam seus netos e netas e nas mulheres de setores populares que, apesar das proibições da organização sindical e políticas, saíram às ruas para reivindicar por trabalho.

Miriam Suárez, em “Recordar pensando el pasado para repensar el presente”, inicia seu texto rememorando os eventos que marcaram a consolidação da ditadura na Bolívia. A autora narra sua entrada no Partido Comunista Marxista Leninista (PCML). Menciona que foi no PCML que despertaram seus ideais e o compromisso de lutar pela liberdade do povo boliviano. Nenhum jovem, lembra a autora, podia ficar indiferente diante do discurso desse tempo, pleno de poesia, de entregas sem olhares de classe, uma paixão pela vida e pela liberdade que não se compara com nada. As mulheres, recorda Miriam, realizavam várias atividades entre as quais a de mensageiras, de busca de informação, de apoio logístico para a manutenção dos grupos de resistência. Isso tudo sem deixar de lado suas atividades cotidianas como os estudos e o trabalho fora de sua casa. As mães ficavam em suas localidades, cuidando dos filhos e acompanhando de perto o rumo que ia tomando a política dos ditadores “de plantão”. Durante a repressão, as mulheres deram mostras de seu valor, denunciaram as prisões arbitrárias, as perseguições, buscaram o paradeiro de seus maridos e dos outros homens da família. Aos poucos, elas foram tomando as ruas para denunciar o desaparecimento de seus familiares. A primeira vez que participou de uma reunião com mulheres feministas foi em Estocolmo, na Suécia. Nesse encontro, estavam mulheres de vários países do Cone Sul. A autora conclui dizendo que a evolução do pensamento feminista na Bolívia tem uma origem política, de luta e de resistência aos sistemas de exclusão.

Tentar vislumbrar e pensar possíveis relações entre maquinaria repressiva e gênero é o que se propõe Albertina de Oliveira Costa, em “Memórias de cárcere de uma feminista *ex post*”. Seu texto, afirma a autora, está ancorado em lembranças da experiência, na observação, em conversas com companheiros de viagem/infortúnio e em obsessivas leituras e relatos sobre o período. Com esse trabalho, Albertina de Oliveira Costa tem a pretensão manifesta de fornecer pistas para futuras investigações. A autora afirma que o aparato repressivo era composto por homens. Essa afirmativa está ligada ao fato de que, durante o período em que esteve nas dependências do Dops, ela não recorda ter cruzado com mulheres funcionárias daquela repartição pública. As mulheres, segundo a autora, estiveram ausentes ou tiveram uma presença apenas residual ou ainda excepcional no aparato repressivo. A autora rememora a tortura a que esteve sujeita tanto no Dops quanto na Oban. A partir da sua leitura dos estudos que têm sido publicados sobre o período da

ditadura no Brasil, Albertina de Oliveira Costa propõe que, além de se denunciar as torturas sofridas por mulheres, seria interessante explorar outras dimensões de gênero presentes de modo menos explícito nas práticas repressivas.

Em “Lembranças de um tempo sem sol...”, Maria Amélia de Almeida Teles faz uma narrativa de suas memórias desde os idos dos anos 70 (séc. XX), quando sua casa abrigava a gráfica clandestina do PC do B. Durante o dia, era o barulho infernal da máquina *off-set* e, durante a noite, após os filhos terem ido dormir, era a vez de fazer o trabalho de *rádio-escuta* dos programas das rádios de países socialistas. O trabalho doméstico, rememora Maria Amélia, também era feito por ela. Alguns companheiros ajudavam, mas nunca assumiam de fato o trabalho, com exceção do seu companheiro, que, quando estava em casa, dividia todas as tarefas o mais igualmente possível. Segundo a autora, quando ele ia lavar roupa no tanque, no quintal, tinha que colocar uma cortina para esconder sua cara, pois as vizinhas olhavam e censuravam a cena. “Homem não tinha que ir para o tanque, pois a mulher dele passava a ser mal vista.” A autora se refere ao fim dos anos 60 do mesmo século, tanto na cidade do Rio de Janeiro como na de São Paulo. Maria Amélia foi presa em 1972 e durante 6 meses sofreu torturas tanto na Oban quanto no Dops/SP. Após sua libertação, a ex-presa política se viu na rua, sem casa, sem dinheiro, mas com toda força e toda gana para encontrar os filhos, a irmã e o seu sobrinho. Em 1974, participou das lutas por melhores condições carcerárias para os presos e pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Ao concluir a leitura do livro, fica a certeza de que se trata de uma obra de grande importância para todos aqueles que estudam a história das ditaduras nos países do Cone Sul. O livro traz ao conhecimento dos pesquisadores uma bibliografia pouco conhecida de um público mais amplo, notadamente, livros de historiadores argentinos, uruguaios, bolivianos e paraguaios. Além disso, é possível conhecer endereços de arquivos cujos acervos guardam relatos orais de ex-militantes e presos políticos.

Observo, porém, que as organizadoras poderiam ter se atido mais em buscar sistematizar ideias e conclusões que pudessem apresentar as semelhanças e as diferenças nas experiências relatadas e nos métodos e conceitos utilizados pelos pesquisadores nos vários textos que compõem a coletânea.

Apesar disso, os textos coligidos pelas organizadoras demonstram a vitalidade do campo de estudos de gênero, sua capacidade de incorporar novos métodos de pesquisa, de propor novas análises para temas já abordados e de dialogar com diferentes disciplinas das chamadas ciências humanas.

Entrevista